

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TIPOLOGIAS DA PNDR: NOTA METODOLÓGICA E MAPAS DE REFERÊNCIA

Fernando Cezar de Macedo

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e pesquisador visitante do Ipea.

E-mail: <fcmacedo@unicamp.br>.

Leonardo Rodrigues Porto

Mestre e doutorando em desenvolvimento econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. Doutorando pesquisador do CEDE e pesquisador do Ipea. *E-mail:* <lnrdporto@gmail.com>.

Visando atender aos objetivos traçados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR),² e, de acordo com o proposto para os projetos de pesquisa números 49/2016 e 50/2016 do Ipea, este texto para discussão faz uma atualização dos parâmetros da tipologia sub-regional da PNDR, baseada no levantamento de dados mais recentes disponíveis de forma a auxiliar a política regional no atual quadro da dinâmica urbano-regional do país. O resultado apresentado indica uma grande alteração na classificação das microrregiões (MRGs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo as tipologias da PNDR. Conforme apresentado na seção 5.1, 207 MRGs tiveram suas classificações alteradas com a atualização dos dados que parametrizam a tipologia da política definida em lei.

Treze anos após sua apresentação ao público e onze anos depois de sua institucionalização oficial por força de lei, a atualização das tipologias e dos mapas de referência da PNDR é importante porque ajuda na reflexão sobre a dinâmica regional brasileira pós-2003, período no qual diversos vetores, especialmente aqueles derivados das políticas implícitas de caráter social, atuaram sobre as regiões do país com resultados distintos, lhes influenciando o desempenho socioeconômico. Da mesma forma, foi um período marcado pelo aprofundamento da inserção comercial brasileira no mercado externo por atividades intensivas em recursos naturais,

constituindo aquilo que Osório (2012a; 2012b) chama de padrão de reprodução exportador de especialização produtiva ou especialização regressiva como indicam Macedo (2010a; 2010b) e Macedo e Moraes (2011).

Este texto tem por objetivos principais:

- contextualizar a PNDR e apontar sua relação com a dinâmica urbano-regional brasileira. Isto será feito na seção 2 deste estudo;
- apresentar, nas seções 3 e 4 e no anexo A, a atualização dos parâmetros geradores da tipologia da PNDR para o período 2002-2014, conforme os seguintes subtipos definidos na versão original da política, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047/2007: *i)* MRGs de alta renda; *ii)* MRGs de baixa renda; *iii)* MRGs dinâmicas; e *iv)* MRGs estagnadas;
- discutir os níveis e as taxas observados nas variáveis utilizadas, bem como os limites inferior e superior de inclusão de cada variável (seção 4);
- comparar os resultados obtidos, em cada caso, com os atuais parâmetros vigentes (seções 3 e 4);
- analisar as mudanças mais significativas ocorridas no período em análise; e

1. Este estudo foi apresentado e debatido por especialistas convidados no Seminário Dinâmica Territorial Brasileira – novas realidades econômicas e demográficas, em 17 de agosto de 2017, no edifício-sede do Ipea, em Brasília, sob a coordenação de Aristides Monteiro Neto, da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. A PNDR tem por objetivo “contribuir para a redução das desigualdades e com o desenvolvimento regional do país”, de acordo com os objetivos traçados no plano plurianual (PPA).

- analisar as disparidades intramicrorregionais que ficam encobertas pela agregação da tipologia da PNDR (seção 5) e comentar a Portaria nº 34, de 18 de janeiro de 2018, do Ministério da Integração (MI) que modifica o mapa de referência da PNDR (seção 6).

A nova tipologia proposta contempla os problemas associados aos níveis de renda e ao dinamismo econômico no nível das MRGs. Deste modo, dá-se continuidade às práticas inauguradas pela PNDR de *realçar aspectos tradicionalmente ignorados* da política regional brasileira, em função das distorções causadas pelas escalas geográficas – especialmente, com a predominância do uso das macrorregiões no desenho das políticas, como vigorou no passado.

SUMÁRIO EXECUTIVO